

A Educação como Compromisso com a População



**A EXPERIÊNCIA DE
RESENDE - RJ
1989/1992**

10

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



CENPEC

APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Erradicação do analfabetismo, prioridade para o atendimento à criança e universalização do ensino público de qualidade. Atuando nessas várias frentes, o governo municipal de Resende venceu o desafio educacional de forma criativa, ousada e participativa. Buscou recursos junto a órgãos financiadores públicos e privados, municipalizou o ensino fundamental, promoveu a volta do professor para sala de aula, valorizando-o, e estabeleceu um ensino diferenciado para áreas urbanas e rurais. Reformou e ampliou escolas, aumentando o número as vagas e criou unidades especiais para o pré-escolar, com professores especializados e materiais próprios para esse tipo de ensino.

Um sistema de bolsas de estudos na rede particular, para os alunos que não conseguem vagas na rede pública, beneficia hoje 618 alunos, com 366 bolsas para o 1º grau e 252 para o 2º. No 2º grau, as bolsas se destinam a alunos de escolas públicas que tenham obtido excelentes resultados no 1º grau e não tenham condições de custear seus estudos na rede particular. Alguns desses alunos estudam em outras cidades. A educação do deficiente e a profissionalização do adolescente completaram o esforço da administração de Resende na área da educação, tornando o município capaz, hoje, de atender a toda a demanda de alunos de 1º grau.

Governo itinerante vai ao encontro da comunidade

Situado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, Resende tem 1.183 quilômetros quadrados, distribuídos em áreas de planície e regiões montanhosas da Serra da Mantiqueira. Sua localização favoreceu o surgimento de aglomerados urbanos, atividades industriais e pecuárias e, nas regiões montanhosas, o desenvolvimento do turismo. Essas características levaram a administração municipal a buscar numa forma de governo que atendesse às variadas necessidades da região.

Foi criada então a prática do governo itinerante, na qual o prefeito e os secretários vão aos bairros para despachar diretamente com a comunidade. Abriu-se também um espaço de comunicação direta com o público na rádio e na retransmissora de televisão local, para críticas, sugestões e comentários da população. O compromisso político da administração era modernizar a máquina administrativa municipal, para atender melhor à população e à criança. Buscava-se um novo modelo, mais eficiente, democrático, ágil e descentralizado, que pudesse cumprir as metas a curto prazo.

Valorização do professor e reforma administrativa

Altos índices de reprovação e de evasão, professores desmotivados, baixos salários, baixo nível na qualidade do ensino e péssimas condições físicas das unidades escolares municipais levavam a população de Resende ao total descrédito com relação à escola. A educação exigia mudanças radicais. Apesar de, estatisticamente, haver um professor para cada 8,5 alunos, muitos alunos não conseguiam estudar, porque boa parte dos professores estava fora das salas de aula, exercendo funções burocráticas.

Para promover a volta imediata dos professores, foi elaborado um plano de cargos e salários. Entre outras medidas, exigia-se dos professores que quisessem continuar exercendo atividades administrativo-burocráticas a opção pelo cargo de agente escolar. A alternativa era a exoneração. Em contrapartida, os professores que optaram por continuar em sala de aula tiveram seus salários atualizados, além de receber outros benefícios previstos pelo plano de cargos e salários.

Essa política de reorganização do pessoal da educação, por paradoxal que possa parecer, promoveu uma redução drástica no número de professores, aumentando a oferta de escolas e de vagas. Em 1989, a rede municipal contava com 41 escolas, 10.020 alunos e 1.168 professores. Em 1991, havia 51 escolas e 11.875 alunos matriculados. O número de professores caiu em 57,7%, passando para 674. Considerando que a valorização do professor não passa somente pela questão econômica, a Prefeitura de Resende mostra-se atenta ao aperfeiçoamento profissional de seu quadro. Um trabalho sistemático de apoio pedagógico aos professores vem sendo desenvolvido pela equipe técnica do Departamento de Educação.

Anualmente, são organizados simpósios para discutir a questão educacional, com a participação de educadores de renome. Esses simpósios são abertos aos professores da rede estadual e interessados em geral. A modernização da máquina administrativa municipal contribuiu decisivamente para a realização das metas educacionais que se buscavam. Foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Projetos Especiais, com a finalidade de captar recursos junto a órgãos financiadores públicos e privados. Uma nova autarquia, o Instituto de Educação e Desporto do Município de Resende, passou a ser responsável pela política educacional do município.

Algumas providências importantes completaram a reorganização de pessoal e a reforma administrativa. O relógio de ponto passou a ser parte do cenário escolar. Foi estabelecida a eleição para diretores em algumas escolas e ampliou-se a autonomia do diretor. A associação dos professores foi chamada a participar de algumas ações da Secretaria. A educação ambiental ganhou o *Projeto Papa-Lixo*, também uma fonte alternativa de recursos financeiros para a escola.

Mudanças favorecem combate à reprovação e à evasão

Várias medidas foram tomadas para reverter o quadro de repetência, evasão e abandono. Na *Escola Getúlio Vargas*, por exemplo, a maior do município, com 3.407 alunos, os alunos reprovados mais de uma vez na primeira série, passaram a frequentar, simultaneamente, duas séries. No primeiro período, a criança cursa a primeira série e, no segundo, cursa a segunda série. Os alunos que conseguem vencer a segunda série podem se matricular na terceira, independentemente do resultado obtido na primeira série. Em âmbito mais amplo, o grupo de orientadores educacionais e pedagógicos traçou o *Projeto de Reformulação do Sistema de Avaliação do Ensino*, visando a abandonar a idéia de avaliação como mero instrumento de aprovação ou reprovação e criar o conceito de avaliação como forma auxiliar da aprendizagem.

O projeto definiu como prioridades a mudança na prática da recuperação, que deve ser dada de forma paralela, fora do horário escolar. Foi instituído o conselho de classe participativo, com a presença dos alunos, e incentivada a avaliação crítica do sistema escolar por parte de todas as pessoas envolvidas na questão, como alunos, professores, pais, equipe administrativa e pedagógica.

Democraticamente, foi discutido com o professorado da região a linha filosófica educacional desejada. Ficou assentado que havia imperiosa necessidade de mudar o currículo escolar, em descompasso com a realidade dos alunos. Os professores fizeram um levantamento dos conteúdos verdadeiramente significativos por série e simplificaram o currículo, sem, contudo, empobrecê-lo.

O segmento pré-escolar também foi considerado como fator importante para a redução dos índices de evasão e repetência nas séries iniciais do 1º grau. Nesse sentido, procurou-se orientar o trabalho realizado nas unidades da pré-escola, com reuniões e estudos que visassem a qualificar os profissionais da área para novas propostas pedagógicas. Também as creches mereceram igual atenção.

Transporte gratuito, independente do passe escolar, atendimento médico, odontológico e psicológico, doação de material escolar e de óculos, merenda e alimentação integral para aqueles que ficam na escola, completaram as ações postas em prática para combater futuros índices de reprovação e evasão.

O calendário escolar vem sendo ampliado ano a ano e, em 1992, chegou a 235 dias letivos, contra os 180 dias cumpridos pela maioria das escolas brasileiras. O resultado foi uma queda na evasão em quase todas as séries, com um índice de 8% em 1991, contra 13% em 1989. O aproveitamento escolar melhorou sensivelmente em todas as séries e o índice de aprovados foi de 93%, em 1991.

Atendimento diferenciado aos alunos da área rural

O ensino rural em Resende vem recebendo especial atenção. Dois profissionais com experiência no ensino rural realizam trabalho de orientação pedagógica e de supervisão aos professores das áreas mais remotas do município. Visitas às escolas, reuniões mensais na Secretaria de Educação e nas próprias escolas fazem parte do trabalho. As escolas rurais apresentam bom estado de conservação e manutenção. Em geral, contam com uma sala de aula, cozinha, pátio coberto e sala do professor que, muitas vezes, funciona também como dispensa e biblioteca. O material pedagógico, distribuído pela Prefeitura, é farto e variado. A merenda é de boa qualidade.

Os professores da zona rural recebem gratificação extra, como forma de estímulo ao trabalho especial que desenvolvem, muitas vezes atuando em classes multisseriadas. Como o ensino rural atende somente até a quarta série, a administração municipal criou um sistema de transporte escolar gratuito para os alunos que desejarem continuar seus estudos

nas escolas urbanas. Paralelamente, procurou estabelecer uma ponte entre a escola rural e a escola urbana, para que o aluno do campo consiga uma boa integração na cidade.

Também está presente nas áreas rurais a educação para adultos, com cinco pólos de alfabetização em funcionamento. O recrutamento de professores na própria comunidade tem dado bons resultados. O candidato à vaga de professor é mantido na função, mesmo que não tenha sido aprovado em concurso, sendo incentivado a prestar novos exames. Com isso, conseguiu-se diminuir o número de faltas e assegurou-se um compromisso mais estreito do professor com a escola e a comunidade.

Projetos especiais, como o *Pé no Chão*, são incentivados pela Prefeitura. As crianças desenvolvem várias atividades fora da sala de aula e são orientadas para ampliar os conhecimentos sobre o que podem desenvolver com os recursos do meio em que vivem. Em uma dessas escolas, na Vila da Fumaça, funciona uma oficina de artes domésticas, integrada à comunidade, que confecciona muitos dos brinquedos utilizados nas atividades didáticas.

Promoção social e integração do deficiente

Com o objetivo de criar condições que favoreçam a integração do deficiente mental à sociedade, foi assinado convênio entre a Prefeitura e a Sociedade Pestalozzi, pelo qual a Prefeitura fornece diretrizes, recursos financeiros e materiais e a Sociedade se propõe a ser a principal executora das ações de saúde, educação especial e promoção social do deficiente.

A Prefeitura mantém professores municipais especializados e repassa verba para a manutenção da equipe clínica. Os deficientes participam de oficinas de educação física, educação artística, português, matemática, estudos sociais e ciências. Um departamento profissionalizante conta com oficinas de marcenaria, trabalhos manuais e cozinha. Dependendo do desenvolvimento alcançado, o aluno deficiente é encaminhado para escolas comuns da rede de ensino.

Para os deficientes auditivos foi criada uma escola especial, na qual os alunos recebem atendimento fonoaudiológico. Também aqui, há perspectiva de encaminhar alunos para escolas comuns. Os deficientes visuais são atendidos por professores especializados. Eles freqüentam as escolas comuns e têm um local especial para orientação nos estudos, onde os textos trazidos da escola são passados para o braile pelas professoras.

Profissionalização de adolescentes e alfabetização de adultos

Atualmente cerca de 1.500 adolescentes são atendidos por projetos especiais profissionalizantes, que a Secretaria de Educação mantém com o apoio de outras secretarias do município e da iniciativa privada. Os adolescentes recebem treinamento e atuam como agricultores, jardineiros e babás, entre outras tarefas. Ganham salário,

assistência médico-odontológica, acompanhamento psicológico e social e devem estar matriculados em alguma escola da região para poder participar dessas atividades.

Além de pretender o desenvolvimento pleno do adolescente carente, em especial do deficiente, o projeto visa também a despertar a atenção para a questão do meio ambiente. Hoje, há várias áreas degradadas sendo reflorestadas. A *Oficina de Florestas* atende a 50 alunos de 14 a 18 anos, sob orientação de um engenheiro agrônomo. Pelas características da região, acredita-se que os projetos poderão vir a ser auto-sustentáveis, através da comercialização dos produtos colhidos e da diversificação de suas atividades, especialmente com a inclusão da avicultura, suinocultura e bovinocultura.

A Secretaria de Educação de Resende atende atualmente a 120 alunos nas zonas urbana e rural. Mantém cursos regulares noturnos e oferece oportunidade de continuação nos estudos para os funcionários municipais. A Prefeitura oferece curso pré-vestibular para alunos egressos da escola pública e pretende criar um curso universitário de Engenharia.

